



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 1

“INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA”

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA

MR1.1. - A integração latino-americana em perspectiva histórica

EMENTA

Esta mesa-redonda/GT analisará a história da integração latino-americana. Seus eixos temáticos são: (i) Fases da integração latino-americana. (ii) Origens e evolução dos processos de integração latino-americanos: semelhanças e diferenças. (iii) O nacional-desenvolvimentismo e o ideal da integração latino-americana nos anos 1950-1960. (iv) A integração latino-americana e o ciclo autoritário dos anos 1970-1980. (v) A integração latino-americana e a globalização neoliberal dos anos 1990. (vi) A nova esquerda e a integração latino-americana nos anos 2000.

Coordenador: George Sturaro: Centro Universitário de Curitiba - (UNICURITIBA – BRASIL)
Amado Luiz Cervo: Universidade de Brasília e Instituto Rio Branco - (UNB/IRBR- BRASIL)
Mario Rapoport: Universidad de Buenos Aires - (UBA- ARGENTINA)
André Luiz Reis da Silva: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - (UFRGS – BRASIL)
Osvaldo Luis Angel Coggiola: Universidade de São Paulo (USP – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

GRUPO DE CONTADORA E APOIO: A EXPERIÊNCIA MULTILATERAL PARA A PAZ NA AMÉRICA CENTRAL (autor(es/as): **Ariane de Oliveira Saraiva**).

ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA RODOVIA INTEROCEÂNICA PARA A CIDADE DE PORTO-VELHO (autor(es/as): **Fernando Corrêa dos Santos**).

O CARÁTER INTERNACIONALISTA DA REVOLUÇÃO CUBANA, SEGUNDO O PENSAMENTO POLÍTICO DE ERNESTO CHE GUEVARA (1959-1967) (autor(es/as): **Kauê Carlino Sichinel**).

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DEBATE ECONÔMICO CEPALINO NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (autor(es/as): **Vinicius Figueiredo Silva**).

MR1.2. - A economia política da integração regional latino-americana

EMENTA

A mesa-redonda examinará os problemas políticos e econômicos dos diferentes processos de integração latino-americanos em perspectiva comparada. A mesa pretende refletir sobre: (i) a natureza intergovernamental da maioria dos processos de integração regional na América Latina; (ii) o papel das instituições supranacionais e intergovernamentais nas experiências de integração regional; e (iii) as assimetrias econômicas existentes entre os países latino-americanos e seus reflexos sobre o andamento dos processos e das propostas de integração regional.

Coordenador: Alexsandro Eugenio Pereira – Universidade Federal do Paraná (UFPR-BRASIL)
Rafael Freire: Central Sindical das Américas (CSA- BRASIL)
Marcelo de Almeida Medeiros: Universidade Federal de Pernambuco - (UFPE-BRASIL)
Luiz Daniel Jatobá França: Universidade de Brasília - (UNB-BRASIL)
Paulo Roberto de Almeida: Ministério das Relações Exteriores do Governo Brasileiro - (MRE-BRASIL)

CHINA E MERCOSUL: REFLEXOS DE UMA RELAÇÃO (autor(es/as): **ADRIANA SOUZA BENATTI**).

MATRIZ TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA ESTUDAR A SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA DA AMÉRICA LATINA (autor(es/as): **ALEXANDRE ANDREATTA**).

INSERÇÃO DA AMÉRICA LATINA NA GLOBALIZAÇÃO: RELAÇÕES ENTRE EQUIDADE SOCIOECONÔMICA E SIMBÓLICA (autor(es/as): **Edson Capoano**).

FLUXOS COMERCIAIS NA FRONTEIRA COM O PARAGUAI (autor(es/as): **ELOISA MAIESKI ANTUNES**)

ASPECTOS DA ECONOMIA CRIATIVA NO MERCOSUL A Indústria Fonográfica como fator de aproximação entre Brasil e Argentina (2003 – 2011). (autor(es/as): **marcelo de souza Freitas**).

A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO MERCOSUL: INSTRUMENTOS LEGAIS E REALIDADE (autor(es/as): **Fabiane Mesquista**).

A governança global da cooperação internacional para o desenvolvimento: uma análise das instituições, da participação e da eficácia (autor(es/as): **Diego Henrique da Silva Baptista**)

MR1.3. Cenários e tendências da integração latino-americana

EMENTA

Desafios e oportunidades da integração latino-americana no futuro próximo. A integração regional na visão das "novas esquerdas". O papel dos partidos políticos e dos movimentos sociais na integração regional. A integração das economias e da infra-estrutura. "Novos temas" da integração regional: democracia, direitos humanos e justiça social. O papel da integração regional nas relações da América Latina com o resto do mundo.

Coordenadora: Karla Gobo – Faculdade Internacional de Curitiba - (FACINTER - BRASIL)
Rafael Duarte Villa: Universidade de São Paulo - (USP - BRASIL)
Marcelo Coutinho: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - (UESP/UERJ - BRASIL)
Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha): Parlamento do MERCOSUL – (PARLASUL – BRASIL)
Robson Cardoch Valdez: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS - BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

O PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE NO MERCOSUL: O PAPEL DA COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA A NÍVEL CULTURAL (autor(es/as): **Ariane Saraiva**)

SEGURANÇA INTERNACIONAL: A participação latino-americana no caso haitiano no Conselho de Segurança (autor(es/as): **Caroline Cordeiro Viana e Silva**)

INTEGRAÇÃO REGIONAL EM INFRA-ESTRUTURA: AVANÇOS E CONTINUIDADES DA INICIATIVA PARA INTEGRAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA (IIRSA/2000-2010) (autor(es/as): **Danielle Rodrigues da Silva**)

INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL AMERICANA (IIRSA): UM ENFOQUE NAS ESTRADAS AMAZÔNICAS (autor(es/as): **Felipe da Silva Machado**)

O PAPEL DO MERCOSUL NA CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA: UM BALANÇO PRELIMINAR E ALGUMAS HIPÓTESES (autor(es/as): **George Wilson dos Santos Sturaro**)

Caminhos para a integração: a concepção das Organizações Internacionais acerca da educação. (autor(es/as): **Tchella Fernandes Maso**)

MR1.4. A efetivação dos direitos fundamentais na América Latina

EMENTA

A presente Mesa Redonda/GT tem por finalidade debater a efetivação dos direitos fundamentais na América Latina. Os temas abordados serão: (i) as dificuldades de ordem política e econômica, entre outras, para a efetivação dos direitos fundamentais na região e (ii) a contribuição das organizações regionais para a efetivação dos direitos fundamentais nos seus Estados membros.

Coordenadores: Eduardo Biacchi Gomes - Faculdades Integradas do Brasil (UNIBRASIL - BRASIL) Cíntia de Almeida Lanzoni (PUC-PR - BRASIL)

Andrea Benetti Carvalho de Oliveira: Centro Universitário de Curitiba - (UNICURITIBA - BRASIL)

Francielle Morez: Centro Universitário de Curitiba - (UNICURITIBA - BRASIL)

Ronald Silka: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR - BRASIL)

Igor Koltun Rebutini: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR - BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

PRIORIDADES ATENDIDAS PELOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS ATRAVÉS DE RECURSOS DO PROGRAMA SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE NAS FRONTEIRAS (autor(es/as): **Carla Gabriela Cavini Bontempo**)

AQUESTÃO INDÍGENA E O ESTADO BRASILEIRO (autor(es/as): **ELIAS MARCOS GONÇALVES DOS SANTOS**)

O PACTO PELA SAÚDE NAS CIDADES-GÊMEAS DA FRONTEIRA DO RIO GRANDE DO SUL COM A ARGENTINA E O URUGUAI (autor(es/as): **Lislei Teresinha Preuss**)

A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NAS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DO MERCOSUL (1991 – 2011) (autor(es/as): **Ludmila Andrzejewski Culpi**)



A GOVERNANÇA GLOBAL DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES, DA PARTICIPAÇÃO E DA EFICÁCIA.

Diego Henrique da Silva Baptista¹

Resumo:

Os espaços de formulação e avaliação das políticas de cooperação internacional para o desenvolvimento nos âmbitos globais de decisão são centrais para caminharmos para rumos seguros no futuro. No entanto, a problemática central recai justamente na atual arquitetura institucional da cooperação internacional como a falta de balança entre os poderes dos doadores e receptores, conflitos de interesses generalizados e a intensificação dos desafios do desenvolvimento. Avaliar as possibilidades e limites da ordenação da governança global para o desenvolvimento, assim como as condições necessárias para a superação das incertezas e assimetrias que dificultam a cooperação entre os atores internacionais será objeto do trabalho. Acontecimentos recentes representam possibilidades de uma nova arquitetura internacional da cooperação para o desenvolvimento e delimitam agendas transversais e estratégias para a mudança da governança global. O presente trabalho utiliza das teorias de relações internacionais como fundamentos de análise, assim como a revisão dos principais documentos, diretrizes internacionais e recomendações sobre a arquitetura da governança global e da eficácia do desenvolvimento.

Palavras-chave: Governança Global, Cooperação Internacional, Desenvolvimento e Eficácia.

¹ *Professor de Relações Internacionais do Centro Universitário UNINTER. Fundador da ONG Sociedade Global. Áreas de interesse: Governança Global, Cooperação Internacional e Sociedade Civil Global.*



1. A governança global da cooperação internacional para o desenvolvimento

O século XXI tem sido caracterizado por um período de crise sistêmica, mudanças de ciclos hegemônicos e poderes globais, onde a busca por saídas do caos sistêmico para uma governabilidade é uma das principais preocupações das políticas internacionais.

David Held (2010) determina que três termos principais tenham definido as mudanças no mundo: democracia, globalização e cosmopolitismo, cada um carregado de uma série de ideias e processos sociais que deram forma e continuam moldando nossas vidas.

A democracia tem sido a mais poderosa de todas as ideias de sistemas políticos, globalização define uma série de processos que estão remodelando a organização da atividade humana, fortalecendo redes políticas, econômicas, sociais e comunicativas por regiões e continentes e ambas hoje buscam se reinventar para abarcar a era global através do cosmopolitismo que elabora uma preocupação com o status da igualdade moral de cada ser humano e cria blocos de interesses comuns independente de suas particularidades, não negando a representação de suas identidades.

A conjuntura atual demonstra como a estrutura de governança tem atendido às agendas dos Estados mais poderosos, fragilizando as principais organizações intergovernamentais, devido suas dependências de suporte financeiro e enfraquecimento no policiamento dos problemas de ações coletivas globais.

Hoje, no entanto, essa figura mudou. Poderes emergentes e a insuficiência dos poderes dominantes em continuarem a governarem sozinhos traçam o caminho para um mundo multipolar e com novos conceitos de governança surgindo. Ao mesmo tempo, os complexos processos globais, do ecológico ao financeiro, conectam o destino de comunidades umas as outras de novas maneiras, requerendo efetividade, contabilidade e capacidade de solução de problemas de maneira inclusiva, a questão é como essas capacidades podem ser asseguradas.

Diversos fenômenos desde a emergência de novos atores como as economias emergentes e a crescente influência da sociedade civil global demandam novas formas de governança e desenvolvimento, pois não só um multilateralismo complexo é corrente, mas também desafios como a erradicação da pobreza e as mudanças climáticas se intensificaram.

Segundo as concepções de Keohane sobre cooperação e harmonia nas políticas dos atores, mostra-se necessário que as ações de indivíduos ou organizações sejam trazidas para algum processo de negociação chamado de coordenação de políticas na



busca do ajuste de seus comportamentos (SARFATI, 2005, p. 55). A análise da evolução da cooperação internacional enfatiza o papel das instituições internacionais, que buscam um ordenamento de um sistema internacional anárquico e descentralizado. A habilidade dos atores para se comunicar e cooperar depende da construção de instituições eficientes.

Essa conjuntura institucional se dá em um âmbito de interdependência complexa, caracterizada por efeitos recíprocos em canais múltiplos, ou seja, uma diversidade de atores buscando o poder de maneira assimétrica e com diferentes graus de sensibilidade e vulnerabilidade aos desafios contemporâneos, causando muitas integrações e fragmentações (SARFATI, 2005, p. 145-169).

As instituições da governança global foram construídas sobre uma ordem que está sofrendo um rápido processo de erosão e elas precisarão evoluir para acompanhar os novos desafios. Assim como a teoria crítica das relações internacionais, reconhece-se a necessidade de refletir sobre uma realidade em constante mudança assumindo o interesse em transformar essa realidade no sentido de superar as dominações existentes (NOGUEIRA E MESSARI, 2005, p. 140).

As instituições de governança global atuais estão longe de satisfazer essa aspiração: a ONU luta para se reformar e se tornar o tipo de organização eficaz, capaz de implementar sua recém acordada “responsabilidade de proteger”; o Banco Mundial e o FMI continuam presos a uma doutrina econômica amplamente desatualizada e ideológica que traz vários prejuízos para muitos países, e o mesmo pode ser dito da OMC; as agências de ajuda humanitária lentamente tomam medidas para superar sua ineficiência e para gastar novos recursos de ajuda humanitária de maneiras que fortaleçam, e não que minem democracias incipientes. (GREEN, 2009, p.452-453).

“Vivemos em um mundo que construímos, no qual somos protagonistas, e que é produto de nossas escolhas” (NOGUEIRA E MESSARI, 2005, p. 162). Construir a realidade da cooperação internacional para o desenvolvimento é um papel dos agentes receptores e doadores de maneira co-construída.

Duncan Green apresenta não só as instituições que não acompanharam, mas também que as próprias abordagens do desenvolvimento tem sido insuficientes. Além disso, do ponto de vista do desenvolvimento, há enormes lacunas no tecido da governança global.

Questões de importância vital para países pobres, como a da imigração ou do acesso a conhecimentos, só recebem pequenos retoques, enquanto questões importantes para países poderosos, como a do acesso a mercados, dos movimentos de



capitais ou da proteção de suas vantagens tecnológicas, são rigorosamente consideradas. Até hoje, a resposta ao profundo desafio sistêmico colocado pelas mudanças climáticas e pela necessidade de países ricos e pobres adotarem um modelo de desenvolvimento de baixo carbono tem sido insuficiente (GREEN, 2009, p.453).

As teorias da dependência das relações internacionais, nesse sentido enfatizam a problemática sobre as noções de desenvolvimento, que pode se considerar como o resultado da interação de grupos ou classes sociais, cuja estrutura e política vão se modificando de acordo com os interesses, forças e dominação do conjunto da sociedade (SARFATI, 2005, p. 136). Buscar a mobilidade no sistema mundial moderno representa o principal esforço da cooperação internacional para o desenvolvimento no avanço das nações e na conformidade dos interesses coletivos.

A rede de instituições internacionais, leis, normas e acordos coletivos conhecidos como “governança global” esta em constante crescimento em tamanho e densidade. A governança global pode ajudar a luta contra a pobreza e desigualdade, mas infelizmente tem fracassado com frequência, seja usando a ajuda para propósitos políticos de curto prazo ao invés de utilizar a liberdade para buscar políticas de desenvolvimento mais sábias.

Todo projeto de multilateralismo – as nações do mundo trabalhando em conjunto para direcionar seus muitos desafios e problemas – é severamente retardado quando de ações unilaterais ou falhas dos sistemas multilaterais. Estados poderosos são inevitavelmente tentados a balançar as instituições de governança global, mas nem sempre têm sucesso.

A pressão pública pode persuadir os líderes mais iluminados para por a construção de um sistema global estável e justo na frente de seus próprios interesses de curto prazo, além do “*rule of law*” das instituições internacionais pode se tornar capaz de influenciar até as nações mais poderosas.

A balança global de poder esta mudando rapidamente, uma nova classe média global de países emergente e organizações regionais esta criando uma geopolítica mais variada do que a tradicional divisão global-nacional. O sistema de governança global deve se ajustar e rapidamente para essa nova geometria de poder.

A governança global do desenvolvimento é matéria de debates intensos. Mas não existe um único espaço hoje onde os países podem tanto acordar em como fazer seus esforços coletivos de desenvolvimento mais efetivos, e fazer essas decisões permanecerem; ao contrário, existem diversos espaços, com diferentes fortalezas e



fraquezas, criando sobreposições e lacunas. Esse quadro eclético de arranjos, que se define como “arquitetura” pode ser melhorado.

Com funções residuais restantes no G8, a super estrutura da arquitetura do desenvolvimento esta em fluxo de mudanças. Os novos atores do G20 estão trazendo suas próprias prioridades e experiências de desenvolvimento para a mistura da abertura de oportunidades para futuras reformas.

O sistema de desenvolvimento é a soma de todos os transmissores e receptores de suporte, mais profissionais, facilitadores e beneficiários. Para as economias emergentes, não estão mais entre os eixos tradicionais Norte-Sul, Leste-Oeste, industrializados e em desenvolvimento, do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (CAD/OCDE) ou não, esses papéis estão cada vez mais intercambiáveis. E os atores mais subjacentes estão cada vez mais conectados por uma vasta rede de redes de canais institucionais semi-autônomos: embaixadas, departamentos governamentais, comunidades locais, organizações internacionais, ONGs, investidores, contratantes, fundações, mídia, *think-tanks*.

A difusão institucional complexa pode levantar soluções criativas e recursos para o bem comum, incluindo redução da pobreza e mudanças climáticas. Mas também carrega grandes baixas, especialmente sufocando os países de baixa renda que geralmente se encontram no modo de receptores e não transmissores. Seus três problemas principais são: o suporte não é previsível; alguns países são cronicamente pouco ajudados enquanto a massa se concentra em outras áreas; e a fragmentação de fontes com o fardo das transações e a distorção das decisões nacionais de alocação.

Os grandes fornecedores da indústria do desenvolvimento são em grande parte entidades soberanas e instituições inter-governamentais aonde existem grandes desequilíbrios de informações e poderes de negociação através dos dois lados do mercado e não existe nenhum regulador independente. Reciprocamente, a arquitetura vigente também não reflete adequadamente um paradigma de tomada de decisão global democrático.

Mesmo que o sistema supõe atender as necessidades dos países mais pobres, ele não constrói explicitamente na vontade coletiva de seus cidadãos – no máximo eles devem ter a esperança que os portadores internacionais de poder tenham seus interesses no centro quando decidam sobre as questões de desenvolvimento. O desequilíbrio de poder entre transmissores e receptores (ou doadores e destinatários) combinado com conflitos de interesses generalizados faz desse um processo desafiador.



Apesar de tudo existe um espaço considerável para ação coletiva, ou pelo menos um relacionamento mais efetivo entre os atores, para promover resultados principais monitoráveis e checar prioridades de acordo com as demandas dos pobres, no que equivale a uma função de mediação. De acordo com Brenda Killen e Andrew Rogerson da OCDE em *“Governança global para desenvolvimento internacional: quem esta no comando?”* isso poderia envolver um esforço sério em quatro grandes áreas:

- Compartilhamento de informação (transparência, previsão e coerência);
- Promoção de melhores comportamentos (contabilidade mútua);
- Aprendizagem pelos resultados (eficácia do desenvolvimento);
- Identificar e direcionar as lacunas (melhorar as alocações gerais).

Os autores descrevem que existem quatro clusters principais de instituições abaixo e acima do G20 que podem plausivelmente carregar partes dessa agenda, em variados graus de sucesso.

1. As Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) de Bretton Woods;
2. As Nações Unidas, especialmente pelo Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento (FCD);
3. A OCDE e seu Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD);
4. O Grupo de Trabalho em Eficácia da Ajuda, uma parceria internacional de 80 membros de rede de desenvolvimento, afiliado ao CAD.

A questão primordial entre esses pilares de governança é sua capacidade de inclusão e eficácia. Dentre eles muitos atores se repetem e participam conjuntamente, o que significa a possibilidade de maior sinergia, mas também o risco de maior sobreposição. A questão é se é possível encontrar um balanceamento bom o suficiente entre legitimidade e eficiência operacional? As vozes certas estão na mesa? E como os diferentes pilares podem conversar entre si? Deveria haver a mesma convergência de deliberação ou uma consolidação encorajada entre eles?

Enquanto alguns desses pilares são em grande parte mais técnicos e práticos como o Grupo de Trabalho e o DAC, outros representam esforços mais políticos como o FCD e as IFIs. Essas são sinergias potenciais as quais, se bem exploradas, podem fazer o todo maior do que a soma das partes.



2. Os avanços e lacunas na eficácia do desenvolvimento

Acontecimentos recentes representam possibilidades de uma nova arquitetura internacional da cooperação para o desenvolvimento. Uma nova arquitetura que apresenta países doadores e receptores ao mesmo tempo, como o exemplo da intensificação da cooperação sul-sul ou cooperação descentralizada horizontal, de acordo com o documento *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005-2009*, a missão do governo brasileiro é de contribuir para o adensamento de suas relações com os países em desenvolvimento por meio da diplomacia solidária que busca superar os tradicionalismos da ajuda ao desenvolvimento e utilizar de abordagens recíprocas e estruturais.

A cooperação internacional para o desenvolvimento tem sido percebida de diversas formas ao longo do tempo, mas os debates atuais mostram a atenção para os paradigmas do desenvolvimento de capacidades, inspirados nas ideias de desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen e do paradigma de desenvolvimento humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) que hoje são propostas correntes nas políticas e estratégias de desenvolvimento.

Nesse sentido, Carlos Lopes (2005), em revisão da literatura da cooperação para o desenvolvimento, define dois conceitos norteadores da agenda emergente para o novo milênio: o desenvolvimento de capacidades e a cooperação técnica. O desenvolvimento de capacidades é um dos principais elementos enfatizados nas estratégias de desenvolvimento.

A definição geralmente aceita na comunidade de desenvolvimento é a habilidade de atores (indivíduos, grupos, organizações, instituições, países) para desempenhar funções específicas (ou buscar objetivos específicos) de forma efetiva, eficiente e sustentável. Essa definição mostra que a cooperação técnica também deverá alinhar-se aos novos modelos demandados pelos acordos e atores da cooperação internacional para o desenvolvimento.

A cooperação técnica no século XXI está enfrentando novas demandas; os programas são muito mais multisetoriais e complexos. Abordagens inovadoras e novas habilidades são necessárias para enfrentar os desafios de desenvolvimento que estão por vir. Qualquer reformulação de CT para desenvolvimento de capacidades deveria esforçar-se para oferecer, neste século, diretrizes críticas e assistência aos países menos desenvolvidos – não apenas a forma como se deve tratar a redução da pobreza, mas



também como tirar vantagem das oportunidades (e mitigar os riscos) da globalização. (LOPES, 2005, p.65).

As vantagens da globalização também enfatizam a abertura à participação e consideração dos insumos que a sociedade civil pode trazer para os ambientes de governança global em matéria do desenvolvimento. Para Liszt Vieira (2001) “nossa análise não deixa dúvidas de que existe uma tendência acentuada para o fortalecimento das alianças entre coalizões da sociedade civil global e os dispositivos de governança internacional associados ao sistema ONU”.

Dentre esses dispositivos podemos perceber a importância do regime internacional do desenvolvimento, onde princípios, normas, regras e procedimentos de decisões em torno das expectativas dos atores começam a ser intensificados. Uma conjuntura pós-consenso de Washington parece se delinear com novas declarações sendo assumidas pelos Estados.

A partir da Declaração do Milênio e seus conseguintes Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) que representam compromissos dos líderes mundiais para além das questões macroeconômicas, assim como o conjunto de acordos em termos de eficácia do desenvolvimento desde a Declaração de Roma em 2003, a Declaração de Paris em 2005, a Agenda de Accra para a Ação em 2008 até os resultados da Conferência de Busan em 2011.

O 4º Fórum de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento na Coreia do Sul apresentou-se como a última e melhor oportunidade para a comunidade internacional revitalizar seus compromissos com os ODMs e formar um novo consenso global sobre o que a arquitetura da cooperação para o desenvolvimento deve parecer durante 2015 e adiante.

O Fórum pode ser considerado um âmbito de governança global, pois é um palco da construção do sistema de cooperação internacional para o desenvolvimento ou para uma visão de regime internacional do desenvolvimento.

As novas abordagens sugeridas como o desenvolvimento de capacidades aliados às práticas de cooperação técnica e a participação da sociedade civil mostram indícios de uma nova governança de um novo modelo de desenvolvimento que se desenha no século XXI.

Assim como o movimento pós-colonialista das relações internacionais, devem-se transgredir as fronteiras e questionar para poder estabelecer novos espaços e novas relações principalmente no fortalecimento dos novos atores e na supressão de suas carências e desempenho do desenvolvimento (NOGUEIRA E MESSARI, 2005, p. 228).



De acordo com a pesquisa de 2011 sobre o monitoramento da Declaração de Paris mostra que apenas 1 (uma) das 13 (treze) metas acordadas para 2010 foi atingida e mesmo assim, em margem estreita. Mas o documento *“Eficácia da Ajuda: Progresso na Implementação da Declaração de Paris”* esclarece que é importante notar que progressos consideráveis foram feitos para muitas das 12 (doze) metas restantes.

Da perspectiva global, os resultados da pesquisa mostram variações consideráveis na direção e ritmo do progresso dentre doadores e países parceiros desde 2005. Para os indicadores os quais a responsabilidade por mudança é dos países em desenvolvimento, o progresso tem sido significativo, por exemplo, qualidade das ferramentas e sistemas para planejamento da gestão dos resultados e recursos. Muitos dos indicadores requerem esforços conjuntos e em algumas áreas dependem principalmente dos esforços dos doadores, sugerindo que muitos dos esforços são de natureza política.

3. Possibilidades e limites de ordenação da governança global

De acordo com o relatório *“Fazendo a arquitetura da cooperação para o desenvolvimento justa: princípios e pilares de governança”* da *BetterAid*, uma rede de organizações da sociedade civil trabalhando com a cooperação para o desenvolvimento e desafiando a eficácia da ajuda, a cooperação para o desenvolvimento tradicional é uma estrutura insustentável para lidar com as múltiplas crises que o mundo está enfrentando e os objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente, que também se relacionam aos modelos ortodoxos de crescimento, eficiência e políticas de mercado.

Conclama para mudanças sistêmicas e conceituais fundamentais da cooperação internacional para o desenvolvimento do sistema de governança global. Seria uma nova abordagem focada na eficácia do desenvolvimento, justiça social e direitos humanos ao invés da eficácia da ajuda e do crescimento econômico. Deve ser perseguida através de uma nova arquitetura que seja inclusiva, baseada em direitos, e democrática, respeitar as pessoas, promover a soberania e assegurar coerência entre todas as políticas externas. No centro dessa arquitetura, deve estar uma estrutura multilateral e multistakeholder que garanta a representação de todos os atores do desenvolvimento. Seu mandato deve cobrir todas as modalidades de cooperação para o desenvolvimento e não só a ajuda.

As estruturas atuais demonstram a falta de vontade política para cumprir os acordos passados e lidar de forma coerente e efetiva com os desafios maiores de desenvolvimento, o que se evidencia com o progresso misto quanto aos Objetivos de



Desenvolvimento do Milênio e na implementação de obrigações cruciais para a eficácia feitos na Declaração de Paris e na Agenda de Accra.

O sistema de eficácia do desenvolvimento não pode ser discutido de maneira isolada do contexto financeiro maior como investimentos externos, fluxos de capitais, fundos de mudanças climáticas, etc. A Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) conta só com 0,2% do PIB global, apesar do compromisso feito em 1970 pelos países doadores de alocar 0,7% de seus PIBs para a AOD.

A eficácia do desenvolvimento requer mudanças significativas na estrutura da governança global em todos os níveis, incluindo a ajuda internacional, comércio, mercados financeiros, investimento externo direto e dívidas. A arquitetura atual é uma combinação de diferentes instituições criadas em tempos distintos com mandatos e ferramentas sobrepostas, mecanismos obscuros de contabilidade, participação limitada e falta de legitimidade.

Desequilíbrios sérios ainda afetam as negociações em torno dos regimes internacionais de ajuda, comércio, investimento, financiamento e dívida com a negação de espaço para os países em desenvolvimento traçarem seus próprios processos de desenvolvimento, gerarem recursos domésticos e usá-los para responderem às necessidades de desenvolvimento de seus cidadãos.

Um desafio maior está na estrutura interna de governança das organizações internacionais, principalmente o FMI, Banco Mundial e OMC. O espaço e voz dos países em desenvolvimento nessas estruturas devem ser reforçados junto com maior transparência, democracia e consulta em seus processos de tomada de decisão.

O 4º Fórum de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda ocorrido em Busan no final de 2011 teve como resultado final a declaração *“Parceria de Busan para a Eficácia da Cooperação para o Desenvolvimento”* que reconhece primeiramente a ampliação do escopo de atores de maneira muito mais inclusiva que antes, para trabalharem em princípios compartilhados, objetivos comuns e compromissos diferenciados para a eficácia do desenvolvimento internacional.

Reconhecem que a natureza das modalidades e responsabilidades que se aplicam para a Cooperação Sul-Sul são diferentes daquelas aplicadas para a Cooperação Norte-Sul. Também reafirmam os princípios contidos na Declaração do Milênio e nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio com urgência para alcançar crescimento sustentável e trabalho decente nos países em desenvolvimento. De acordo com a declaração promover os direitos humanos, democracia e boa governança são partes integrais dos esforços de desenvolvimento.



A declaração também enfatiza a complexidade atual da arquitetura da cooperação para o desenvolvimento, caracterizada por um número maior de estados e atores não-estatais, assim como a cooperação entre estados com diferentes estágios de desenvolvimento, muitos de renda média. Cooperação sul-sul e triangular, novas formas de parcerias público-privada, e outras modalidades e veículos de desenvolvimento se tornaram proeminente.

Percebem que os avanços não foram suficientes, rápidos e amplos, reafirmando seus compromissos passados e que devem aumentar e acelerar seus esforços. Principalmente tratando da agenda do desenvolvimento que tem sido dominada por um grupo estreito de atores do desenvolvimento. O novo acordo de Busan deve embarcar a diversidade e reconhecer os diferentes papéis que todos os stakeholders podem ter para dar suporte ao desenvolvimento.

Embora estabeleça princípios comuns, as maneiras que esses princípios serão aplicados diferem entre países, estágios de desenvolvimento e tipos de stakeholders. Lições devem ser compartilhadas por todos aqueles que participam no processo e pela diversidade de abordagens, com as contribuições das organizações da sociedade civil, das empresas, suas inovações e resultados, reconhecendo suas características únicas e seus respectivos méritos.

Resultados de desenvolvimento sustentável estão no objetivo final dos compromissos para a eficácia do desenvolvimento. Enquanto a cooperação para o desenvolvimento é apenas uma parte da solução, tem um papel de catalisador para dar suporte na erradicação da pobreza, proteção social, crescimento econômico e desenvolvimento sustentável. Dar escala para a cooperação para o desenvolvimento, tornando-a mais eficaz, sem reduzir os recursos com o propósito de alcançar a independência da ajuda, levando em conta as consequências para os países e pessoas mais pobres.

Ações para aumentar o impacto de fontes diversas de financiamento para dar suporte ao desenvolvimento sustentável e inclusivo, incluindo taxações e mobilização de recursos domésticos, investimento privado, ajuda para o comércio, filantropia, recursos públicos não condicionados e financiamento de mudanças climáticas. Além de novos instrumentos financeiros, opções de investimento, compartilhamento de tecnologia e conhecimento serão necessárias.

Os princípios compartilhados para atingir os objetivos comuns são baseados nos compromissos internacionais acordados sobre direitos humanos, trabalho decente, igualdade de gênero, sustentabilidade ambiental e incapacidades ou deficiências. Dentre



eles a apropriação das prioridades do desenvolvimento pelos países em desenvolvimento, o foco em resultados, parcerias de desenvolvimento inclusivas, transparência e contabilidade mútua.

Além dos princípios compartilhados, Busan trouxe ações complementares que tratam da inclusão de novos atores respeitando que as economias emergentes, embora tenham experiências e casos para compartilhar em cooperação, ainda enfrentam situações de pobreza doméstica. Aumentar a qualidade e eficácia da cooperação para o desenvolvimento tendo em vista o progresso da Declaração de Paris e Agenda de Accra para aumentar a liderança política de alto nível e intensificar as melhoras necessárias. A apropriação, resultados e contabilidade fortalecendo as instituições e políticas para gerenciar os riscos, plataformas de transparência para avaliar o desempenho, capacidades para monitorar o progresso e impacto e envolvimento de todos os atores do desenvolvimento. Uma cooperação transparente e responsável para disponibilizar e tornar acessível ao público informações sobre a cooperação para o desenvolvimento e outros recursos do desenvolvimento. Promover o desenvolvimento sustentável nos países em situações de conflito e fragilidade. Fazer parcerias para aumentar a resiliência e reduzir a vulnerabilidade frente às adversidades de pessoas e sociedades na redução do risco de choques aumentando o valor e sustentabilidade dos esforços de desenvolvimento.

A mudança significativa passa da eficácia da ajuda para a eficácia do desenvolvimento, sendo que a ajuda é apenas uma parte das estratégias e agora se faz necessário aumentar o foco e atenção da ajuda para os desafios da eficácia do desenvolvimento, pensando em que a ajuda deve ser gasta e de maneira que sejam consistentes com os direitos, normas e padrões acordados internacionalmente, para que a ajuda catalise o desenvolvimento. Para tanto instituições e políticas eficazes são essenciais.

Os insumos para o desenvolvimento sustentável vão além da cooperação financeira até o conhecimento e experiências de desenvolvimento de todos os atores e países. A cooperação sul-sul e triangular tem o potencial de transformar as abordagens e políticas dos países em desenvolvimento em serviços para entregar soluções apropriadas localmente e efetivas ao contexto do país. O setor privado possui um papel central no desenvolvimento, avançando nas inovações, criando mais renda e empregos, mobilizando recursos domésticos e contribuindo para reduzir a pobreza. O combate à corrupção e os fluxos ilícitos são pragas que afetam drasticamente o desenvolvimento globalmente, desvirtuando recursos e danificando a qualidade da governança das instituições e ameaçando a segurança humana, sendo assim trata-se da intensificação do combate à



corrupção em consistência com as convenções e acordos que fazem parte. O financiamento global das mudanças climáticas deve crescer substancialmente no médio prazo o que deve trazer coerência, transparência e previsibilidade entre as abordagens.

Esses princípios e direcionamentos da eficácia da cooperação internacional para o desenvolvimento e sua conseguinte implementação dependerão em grande parte do comprometimento político internacional dos atores do desenvolvimento, principalmente das principais instituições do sistema de governança global, de assumirem a agenda de Busan, assim como os acordos passados, de maneira prioritária e transversal nas demais agendas de política internacional.

4. Agendas futuras e transversais sobre a arquitetura da governança global

Um fator determinante será uma nova agenda de desenvolvimento global que surgirá após os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em 2015 e os resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável que delimitarão esforços complementares às Declarações sobre Eficácia do Desenvolvimento acerca das áreas prioritárias, mecanismos de financiamento e meios de implementação. Além de uma nova arquitetura institucional para o desenvolvimento sustentável que influenciará na composição da área multilateral e multistakeholder da cooperação internacional para o desenvolvimento com um todo. Por fim a intensificação da reforma da ONU buscando por uma coordenação mais eficaz entre agências o que trará contribuições significativas para a nova arquitetura da governança global.

Alguns estudos já trazem as impressões sobre uma agenda pós-2015 e a compatibilização dos ODMs com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) a serem desenhados. De acordo com a nota do Overseas Development Institute (ODI) “*Depois de 2015: progressos e desafios para o desenvolvimento*” percebe-se que a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foi delimitada nos anos 1990 quando o mundo passava por um contexto de desafios menos intensos e com outras conjunturas: a maioria das pessoas viviam em áreas rurais, a maioria das pessoas pobres viviam em países pobres, as mudanças climáticas estavam distantes das principais preocupações e das instâncias políticas como estão hoje, havia mais otimismo do que o crescimento econômico poderia proporcionar em termos de novos empregos e melhoras nos padrões de vida de todos.

Uma estratégia global para o desenvolvimento em 2015 terá que confrontar desafios diferentes, pois é caracterizado por um período de múltiplas crises e fontes de



instabilidade, incluindo finanças e clima. A desigualdade dentro das nações já é uma ameaça para o alcance dos ODMs com muito mais pessoas pobres vivendo em países de renda média. A nota sugere alguns problemas principais em relação à pobreza e que acordos pós-2015 terão que mobilizar as soluções necessárias, como a urbanização sendo que grande parte da população hoje vive em cidades, mudanças climáticas no sentido de integrar esforços com a erradicação da pobreza, a pobreza crônica e o crescimento da desigualdade, empregos e crescimento equitativo em face aos custos humanos do desemprego.

Esses desafios deverão refletir o pensamento atual sobre o desenvolvimento, como o bem estar e a abordagem de direitos humanos, e a ajuda, sendo que os ODMs estão baseados em um modelo doador/receptor que não poderá mais ser o quadro certo para ações globais necessárias para acabar com a pobreza. A principal orientação é que o foco deverá ser nos aspectos do desenvolvimento que poderão ser direcionados pela ação global coordenada, não na busca do melhor acordo, mas daquele mais provável de funcionar.

Uma publicação do Institute for Global Environmental Strategies do Japão sobre “*O que são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?*” descreve a proposta dos ODSs que foi feita pelos governos da Colômbia, Guatemala e Peru e tem como objetivo de relembrar os formuladores de políticas e outros stakeholders da importância de alcançar um resultado sólido na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável RIO+20, assim como para o futuro. Trata-se de elaborar um quadro de desenvolvimento sustentável mais completo, revisitando o progresso do desenvolvimento sustentável e dos desafios atuais, reafirmando os acordos políticos anteriores assim como assegurar ações tangíveis. Reflete que os ODMs não tratam de questões fundamentais como as mudanças climáticas, segurança energética, perda da biodiversidade, redução dos riscos de desastres e resiliência.

Os ODSs não são uma alternativa para os acordos passados e quadros presentes, mas podem direcionar os desafios e lacunas dos ODMs e aumentar seus objetivos para refletir outras dimensões do desenvolvimento sustentável. Dessa maneira os ODSs se tornam parte da agenda de desenvolvimento pós-2015 para integrar essa e outras iniciativas em um processo unificado o que seria altamente vantajoso, pois incluiria o combate à pobreza, mudanças nos padrões de consumo, promoção de assentamentos humanos sustentáveis, florestas e biodiversidade, oceanos, recursos hídricos, avançar na segurança alimentar, energia e recursos renováveis. Os ODSs podem promover uma



sequência e estrutura lógica para o processo lançado com a Agenda 21 em 1992, com os ODMs em 2000 e com o Plano de Implementação de Johannesburgo em 2002.

A Governança Global do Desenvolvimento Sustentável esta em vista de reformas e integração das principais instituições que tratam dos pilares do desenvolvimento sustentável, o que será um aspecto fundamental da nova agenda e estrutura do desenvolvimento global. O tema quadro institucional para o desenvolvimento sustentável foi um dos principais debates da RIO+20, de acordo com o *“Guia de Bolso para a Governança do Desenvolvimento Sustentável”* do Stakeholder Forum o quadro institucional essencialmente se refere a governança do desenvolvimento sustentável nos níveis globais, regionais, nacionais e locais como o todo das instituições, processos, estruturas, princípios norteadores, integração, coordenação e comunicação para promover um quadro favorável para a implementação dos compromissos do desenvolvimento sustentável, principalmente devido ao fato que a habilidade do sistema global de responder aos desafios da sustentabilidade atuais estão ultrapassadas.

Novamente enfatiza-se que a governança dos bens comuns baseados no prisma da soberania nacional permanece com um obstáculo fundamental para o progresso, sendo que recaem sob as legislações nacionais refletindo os interesses nacionais ao invés de considerações globais. O tema retrata sobre a efetividade do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente para intensificar suas capacidades funcionais e institucionais para lidar com os desafios ambientais globais. Também reflete o papel da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas que teve o mandato de monitorar e rever o progresso acerca dos compromissos globais do ciclo de conferências sobre o tema e que falhou em ocupar um lugar mais estratégico no sistema da ONU sendo uma comissão funcional do ECOSOC ao invés de um Conselho ligado diretamente à Assembleia Geral da ONU.

Outros fatores refletem a busca pela coerência e coordenação entre as organizações internacionais, programas e órgãos que governam o desenvolvimento sustentável, particularmente as questões ambientais, mas também sociais e econômicas e com isso a necessidade de integração das abordagens nessas dimensões do desenvolvimento sustentável.

Papel fundamental é destacado para a governança das mudanças climáticas que emergiu como uma arquitetura paralela ao invés de integrada com outros processos, e para as instituições financeiras internacionais avançarem no desenvolvimento sustentável sendo que a implementação dos acordos depende em grande parte de níveis apropriados de financiamento. Trata-se de um chamado para repensar os desafios mais amplos da



governança do desenvolvimento sustentável para um sistema que abarque seus propósitos.

A intensificação da campanha de *“Uma Nações Unidas”* com o relatório do painel de alto nível do Secretário Geral *“Delivering as One”* que retrata a necessidade da integração e melhor coordenação do sistema, também trará contribuições significativas para intensificar a transição da arquitetura da governança global. O relatório reflete sobre o contexto de criação das Nações Unidas e de instituições multilaterais que foram criadas com a convicção de que a cooperação internacional seria a melhor maneira de solucionar os problemas no mundo pós-guerra, hoje estamos em uma era de mudanças globais sem precedentes em termos de escala, escopo e velocidade. Nesse contexto as Nações Unidas tem um papel crucial para articular os acordos internacionais de desenvolvimento e dar suporte para os governos na implementação de planos nacionais. No entanto sem reformas ambiciosas e de alto alcance a ONU será incapaz de entregar suas promessas e manter sua posição legítima no centro do sistema multilateral que esta ameaçada por uma falta de foco em resultados, falhando assim principalmente para com os mais pobres e vulneráveis.

Para tanto *“delevering as one”* e superar a fragmentação sistêmica são estratégias centrais para as operações da ONU em sua sede, regiões e em cada país. Focando no desempenho, eficiência, contabilidade e resultados do sistema da ONU e aumentando o papel e vozes dos países em desenvolvimento. As recomendações do relatório tratam de cinco direções estratégicas:

- Coerência e consolidação das atividades da ONU, alinhadas com o princípio da apropriação dos países, em todos os níveis;
- Estabelecer mecanismos apropriados de governança, gestão e financiamento para empoderar e dar suporte para a consolidação, e alinhar o desempenho com os resultados das organizações da ONU e com o financiamento;
- Ultrapassar as práticas de negócios do sistema da ONU para assegurar o foco nos resultados, responsabilidade para necessidades e entregas do sistema, medidas em relação aos ODMs;
- Assegurar oportunidades significativas para a consolidação e efetiva entrega da *“Uma ONU”* através de profundas revisões;
- Implementação deve ser feita com urgência, mas não mal planejada e precipitada de maneira que possa comprometer a mudança permanente e eficaz.



“Um” é um conceito central para o relatório que significa que a ONU deve ultrapassar sua fragmentação para entregar de maneira unificada um compromisso mais forte de trabalhar juntos na implementação de uma estratégia, na busca por um quadro de objetivos. A essência da visão é para a entrega como “Um” nas áreas do desenvolvimento, assistência humanitária e o meio ambiente. A expertise normativa e analítica da ONU, suas capacidades operacionais e de coordenação, e seu papel de advocacia poderiam ser mais eficientemente trazidos nos níveis dos países, nos níveis regionais e no nível global. Os países membros podem desenhar suas estruturas de governança, seus quadros de financiamento e suas práticas de negócio para alcançar essas estratégias.

As recomendações do relatório estabelecem que “Uma ONU” deva ser estabelecida no nível dos países com uma liderança, um programa, um orçamento e, quando apropriado, um escritório. Trata-se da consolidação de todas as atividades dos programas da ONU no nível dos países de acordo com as prioridades nacionais. No nível de sua sede o estabelecimento de um quadro de coordenação de desenvolvimento sustentável para dar suporte para os programas dos países de uma maneira sistêmica, aumentar a eficiência, performance e contabilidade de suas atividades além de estabelecer uma força tarefa para eliminar duplicações dentro do sistema.

Recomendações para mecanismos de financiamento multianuais para os ODMs, os programas dos países e o compromisso com a reforma, promover a transparência e contabilidade através de um sistema de avaliação comum baseado em uma metodologia comum. Para a assistência humanitária deverá aumentar seu papel nos desastres e emergências com maior coordenação entre os diversos atores, fundos de respostas emergenciais e redução de riscos e avaliações periódicas.

Em relação ao meio ambiente a busca pela maior complementaridade com as prioridades de desenvolvimento econômico com o reforço da governança para aumentar a eficiência das ações, maior coerência do sistema, atualização do PNUMA e com maior cooperação entre outras agências. A questão do gênero é enfatizada com a recomendação de uma entidade focada na igualdade e empoderamento das mulheres, coordenação com outras agências multilaterais como o FMI e o Banco Mundial para estabelecer um processos de revisão dos acordos globais e seus papeis e relações no nível global e dos países.

Para a implementação dessas recomendações, as organizações do sistema ONU, países membros e todos os stakeholders devem agir em consonância o que representaria



um motor de desenvolvimento para a erradicação da pobreza, em parceria com a sociedade civil e o setor privado. As reformas envolverão desafios significativos e o sacrifício de interesses individuais para as agências da ONU, fundos e programas. Terão que trabalhar mais próximos e efetivamente com o resto do sistema da ONU a favor do interesse de um maior bem comum. Doadores são desafiados também a seguir essas recomendações, as quais propõem mudanças na maneira que financiam a ONU de acordo com os princípios do multilateralismo e apropriação nacional em diferentes níveis.

5. Conclusões

A governança global da cooperação internacional para o desenvolvimento enfrenta, para além de desafios fundamentais, contornos e indicativos significantes para a transição de uma ordem mundial justa, participativa e eficaz.

Pontos cruciais para fazer uso equitativo dessas estratégias estão na tomada de decisão entre os interesses nacionais e institucionais na busca de uma maior coerência e coordenação na ação conjunta das estratégias dessa nova conjuntura. Isso implicará a reforma gradual das instituições internacionais, da ampliação da participação dos países em desenvolvimento e atores não estatais na formulação e implementação das políticas internacionais e na eficácia da avaliação dos resultados integrados dos diversos temas do desenvolvimento.

O esforço político para se determinar um quadro e agenda comum do desenvolvimento para além de 2015 demonstrará a habilidade do sistema internacional em fazer frente às múltiplas crises e insuficiências estruturais e abarcar a natureza sistêmica das repostas necessárias para a atualidade.

Os países emergentes, em desenvolvimento e a sociedade civil terão papéis fundamentais para pressionar a ONU, Banco Mundial, FMI, OMC, países desenvolvidos e grupos como o G20 no fortalecimento do multilateralismo, no balanceamento do poder e dos interesses para o bem comum global, além da distribuição da riqueza que reside na resiliência dos povos e do planeta, principalmente para as populações mais afetadas pela estrutura e modelo de desenvolvimento que hoje esta em transição.

A conjuntura atual se mostra madura para avançar nas soluções estruturais e sistêmicas. O foco passou das críticas e da ineficácia para propostas específicas de transição e mudança global de uma nova arquitetura do sistema internacional, trata-se das capacidades individuais, institucionais e de cooperação internacional necessárias



para dar cabo da implementação do esforço conjunto da nova agenda da governança global.

A atualidade presenciará, em todos os espaços de tomadas de decisões globais, cada vez mais a presença das propostas por alternativas ao atual modelo de governança, sendo pressionados pela necessidade imperiosa e inevitável de reformas e mudanças inclusivas e equitativas dos processos, instituições e normas.

Por sistemas cada vez mais participativos, baseados na transparência e contabilidade, na entrega e avaliação rigorosa dos avanços e lacunas, na abordagem sistêmica e integrada, em critérios de qualidade que abarcam a apropriação nacional, a igualdade de gênero, o respeito aos direitos humanos, a proteção do meio ambiente e a justiça social.

Nesse processo de transição será de extrema importância a correlação e coordenação das estruturas e processos entre global, regional, nacional e local, sendo a dimensão local a mais efetiva para a aplicação real das políticas internacionais de maneira horizontal e descentralizada, mas buscando seu alinhamento com todos os níveis e representando a unificação e contribuição de todos os países e atores aos desafios globais.

Um sistema global de cooperação internacional poderá emergir no compartilhamento das práticas, experiências e conhecimentos entre os diversos atores demonstrando que não haverá desafios sem soluções já experimentadas ou a serem desenvolvidas através da solidariedade intensificada das responsabilidades comuns.

6. Bibliografias

4º Fórum de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda (2011) Parceria de Busan para a eficácia da cooperação para o desenvolvimento. Busan, República da Coreia. Disponível em: < http://www.aideffectiveness.org/busanhlf4/images/stories/hlf4/OUTCOME_DOCUMENT_FINAL_EN.pdf>. Acesso: 24/06/2012.

Agência Brasileira de Cooperação (2010) Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Agência Brasileira de Cooperação. Brasília: Ipea. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/Book_Cooperacao_Brasileira.pdf>. Acesso: 10/06/2012.

Better Aid (2011) Fazendo a arquitetura da cooperação para o desenvolvimento justa: princípios e pilares de governança. Disponível em: < <http://www.betteraid.org/en/betteraid->



policy/betteraid-publications/policy-papers/401-making-development-cooperation-just-governance-principles-and-pillars.html>. Acesso: 24/06/2012.

Green, Duncan (2009) Da pobreza ao poder: como cidadãos ativos e estados efetivos podem mudar o mundo. São Paulo: Cortez; Oxford Internacional.

Held, David (2010) Cosmopolitismo: ideais realidades e déficits. Londres: Polity Books.

Killen, Brenda; Rogerson, Andrew (2010) Governança global para desenvolvimento internacional: quem esta no comando? OCDE: Development Brief. Consultation Draft. Issue 2. Disponível em: < <http://www.oecd.org/dataoecd/34/63/45569897.pdf>>. Acesso: 10/06/2012.

Lopes, Carlos (2005) Cooperação e desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio. São Paulo: Editora UNESP.

Melamed, Claire; Scott, Lucy (2011) Depois der 2015: progressos e desafios para o desenvolvimento. ODI Overseas Development Institute. Background Note. Disponível em: < <http://www.odi.org.uk/resources/docs/7061.pdf>>. Acesso: 24/06/2012.

Miyazawa, Ikuho (2012) O que são os objetivos de desenvolvimento sustentável? Institute for Global Environmental Strategies. IGES RIO+20: Issue Brief vol.1. Disponível em: < <http://www.stakeholderforum.org/fileadmin/files/IGES%20rio%20issue%20brief.pdf>>. Acesso: 24/06/2012.

Nogueira, João Ponte; Messari, Nizar (2005) Teoria das relações internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier.

OCDE (2011) Eficácia da ajuda 2005-2010: progresso na implementação da declaração de Paris. Disponível em: < <http://www.oecd.org/dataoecd/25/30/48742718.pdf>>. Acesso: 10/06/2012.

Organização das Nações Unidas (2008) Delivering as One. Relatório do Painel de Alto Nível do Secretário Geral. New York. Disponível em: <<http://www.un.org/events/panel/resources/pdfs/HLP-SWC-FinalReport.pdf>>. Acesso: 24/06/2012.

Sarfati, Gilberto (2005) Teoria de relações internacionais. São Paulo: Saraiva.

Vieira, Liszt (2001) Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record.